

tro flanco de ataque é a intensificação da criminalização e perseguição aos movimentos sociais e àqueles que de alguma forma contribuem para as ações desses movimentos de contestação. No caso, a produção de conhecimento crítico e transformador, oriundo de uma parte dos acadêmicos, pode passar a ser contestada e perseguida. No plano geral, o Ministério da Educação assumido por golpistas já deixou claro que a produção de conhecimento crítico deve ser abolida e que o objetivo principal é afastar o papel do Estado como fomentador do ensino público superior e dos projetos de pesquisas. Editais de pesquisa sumiram, os programas de pós-graduação não recebem recursos e projetos de lei do tipo “escola sem partido” começam a ser aceitos em outras esferas da administração pública, iniciativas bem vistas pelos golpistas. É nesse contexto que os textos desse livro ganham mais um objetivo, que é instigar futuros (e “antigos”) pesquisadores a mergulharem na crítica que fomenta ações contra as históricas injustiças que muito provavelmente serão intensificadas nesse TEMEROSO período sociopolítico nacional.

Marco Antonio Mitidiero Jr.
Eraldo da Silva Ramos Filho



Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG



Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
Seção Paraíba



QUESTÃO AGRÁRIA
E CONFLITOS TERRITORIAIS

Eraldo da Silva Ramos Filho
Marco Antonio Mitidiero Junior
Laiany Rose Souza Santos



QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS TERRITORIAIS

Eraldo da Silva Ramos Filho
Marco Antonio Mitidiero Junior
Laiany Rose Souza Santos



Os artigos que compõem esse livro resultam da integração de pesquisadores reunidos em torno de um ponto comum: a crítica ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, entronado no que se sedimentou como agronegócio. O livro começou a ser organizado na segunda metade de 2015, elencando temas de pesquisa dos diferentes autores. Nenhum deles certamente imaginou, nem nos seus mais sombrios pesadelos, que o nosso livro seria lançado depois de um golpe político que abalou a jovem democracia desse país. Uma quadrilha, de alta periculosidade, assaltou o poder com o objetivo de barrar investigações contra corrupção e começa a instalar uma pauta para lá de conservadora na administração pública. Parte dessa pauta envolve diretamente os temas discutidos nessa publicação. Os golpistas, em parte representados pelos políticos do agronegócio – bancada ruralista – destruíram, já na primeira semana pós-golpe, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e implodiram políticas públicas para o campo contrárias aos interesses do agronegócio. Ainda, tentam por meio de projetos de lei barrar a possibilidade de realização da reforma agrária, detonar as garantias legais dos territórios indígenas e quilombolas, e liberar, de uma vez por todas, a agricultura envenenada e transgênica. Um ou-

**QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS
TERRITORIAIS**

ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO
MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR
LAIANY ROSE SOUZA SANTOS
(Orgs.)

QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS TERRITORIAIS

COLEÇÃO: TERRITÓRIO E QUESTÃO AGRÁRIA

1ª edição
Outras Expressões
São Paulo – 2016

Copyright © Outras Expressões 2016

Revisão: *Helen Cristina dos Anjos Santos*

Capa e diagramação: *Zap Design*

Impressão: *Intergraf*

Tiragem: 1.500 exemplares



Esta obra não pode ser comercializada e está destinada à distribuição gratuita

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Q5 A questão agrária e conflitos territoriais. / Eraldo da Silva Ramos Filho, Marco Antonio Mitidiero Junior, Laiany Rose Souza Santos organizadores).—1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2016.
280 p. : il.—(Território e questão agrária; v.3)

Os estudos foram elaborados no âmbito do projeto Estado, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: um estudo comparativo entre Sergipe, Paraíba e Minas Gerais
Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-64421-99-8

1. Questão agrária. 2. Questão agrária – Brasil. I. Ramos Filho, Eraldo da (org.) II. Mitidiero Junior, Marco Antonio, org. II. Garcia, Maria Franco, org. III. Santos, Laiany Rose Souza (org.) IV. Título. V. Série.

CDU 333.013.6

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: julho de 2016

OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 7

APRESENTAÇÃO 9

Eraldo da Silva Ramos Filho

Marco Antonio Mitidiero Junior

DINÂMICAS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO

CRISE DO CAPITAL GLOBAL, NATUREZA E AGRONEGÓCIO 17

Marco Antonio Mitidiero Junior

O MONOCULTIVO DE EUCALIPTO COMO EXPRESSÃO
CAPITALISTA DA BUSCA DE TERRITÓRIOS DE CONSUMO..... 37

Jacson Tavares de Oliveira e Josefa de Lisboa Santos

A SUBJUGAÇÃO DO TRABALHO E DA NATUREZA AOS (DES)
MANDOS DO CAPITAL: UM ESTUDO DE CASO NAS CARVOARIAS
DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES – BA 57

João Ferreira Gomes Neto

ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: CONFLITOS E VIOLÊNCIA

A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA NO CAMPO
BRASILEIRO DO SÉCULO XXI 81

Carlos Alberto Feliciano

QUESTÃO AGRÁRIA E IDEOLOGIA JURÍDICA: A FUNÇÃO
SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL..... 101

Luanna Louyse Martins Rodrigues

TERRITÓRIOS EM DISPUTA NO PARLAMENTO: ATUAÇÃO
DA BANCADA RURALISTA E DO NÚCLEO AGRÁRIO
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES..... 123

Raphael Medina Ribeiro

CONTESTAR PARA CONQUISTAR: CONFLITOS NO CAMPO E AS MANIFESTAÇÕES DE LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS	155
<i>Fabiana Borges Victor</i>	

REPRODUÇÃO CAMPONESA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A EXPULSÃO DO CAMPESINATO ASSENTADO COMO UMA DAS FACES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO DA EVASÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO CEARÁ	177
<i>Claudemir Martins Cosme</i>	

CAMPESINATO, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PROJETO JAÍBA – NORTE DE MINAS GERAIS	205
<i>Geraldo Inácio Martins e João Cleps Junior</i>	

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EMERGENTES

O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (MARAM): SUAS AÇÕES E OS DESDOBRAMENTOS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA-MG	227
<i>Ricardo Luis de Freitas</i>	

A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP): CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO CAMPONÊS NO BRASIL.....	253
<i>David Pimentel Oliveira Silva</i>	
<i>Marco Antonio Mitidiero Junior</i>	

SOBRE OS AUTORES.....	277
-----------------------	-----

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) pelos recursos destinados ao fomento ao Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-graduação em Sergipe (PROMOB), que viabilizou a realização do projeto *Estado, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: um estudo comparativo entre Sergipe, Paraíba e Minas Gerais*, realizado no contexto da cooperação científica interinstitucional entre os Programas de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Uberlândia, coordenado respectivamente pelo Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior e Prof. Dr. João Cleps Junior, entre outubro de 2012 e junho de 2015.

APRESENTAÇÃO

A última década está marcada pelo aprofundamento da crise estrutural do capital. Desde a bolha imobiliária estadunidense em 2008, seguida pela crise mundial dos alimentos, pelo colapso de parte da economia europeia, e das massas migratórias dos refugiados das guerras do Oriente Médio em direção à Europa, evidências do esgotamento do capitalismo como modelo civilizatório pairam no ar.

As saídas apontadas pelo capitalismo explicitam estratégias de deslocamento do capital especulativo e produtivo para a aquisição de “ativos” sob a forma de natureza, situados nas porções do globo onde haja estoques passíveis de dominação e mercadorização. Como consequência, deparamo-nos com profundas transformações na questão agrária mundial e multiplicação dos conflitos socioterritoriais que expressam os antagonismos entre os modelos de desenvolvimento impulsionados pelo capital e as formas de existência e resistência dos povos do campo, das florestas e das águas.

A questão agrária, problemática estrutural do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo, explicita sua essência geográfica quando da explosão dos conflitos territoriais, gerados pelo antagonismo das classes sociais e seus modos e interesses de apropriação e de dominação do espaço geográfico. Nosso intuito em organizar a coleção *Território e Questão Agrária* foi o de discutir a atualidade desta problemática estrutural, seus processos e dimensões a partir da diversidade de temas possíveis de tratamento desde a ciência geográfica.

O primeiro volume desta série abordou a *Questão Agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais* a partir dos debates centrais realizados no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado na Universidade Federal da Paraíba, em setembro de 2013.

O presente livro inaugura uma sequência de três volumes integrados por coletânea de artigos. Os estudos foram elaborados no âmbito do projeto *Estado, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: um estudo comparativo entre Sergipe, Paraíba e Minas Gerais*, realizado no contexto da cooperação científica interinstitucional entre os Programas de Pós-graduação em Geografia

da Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Uberlândia fomentada pelo Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-graduação em Sergipe (PROMOB), auspiciado pela CAPES e FAPITEC-SE, entre 2013 e 2015.

Este primeiro livro tem 11 artigos, organizados em 4 partes de acordo com os respectivos eixos temáticos. A primeira seção trata das *dinâmicas territoriais do agronegócio*. Inauguramos o livro com o artigo *Crise do capital global, natureza e agronegócio*, no qual Marco Antonio Mitidiero Junior, na forma de ensaio, tece reflexões teóricas sobre o aprofundamento da crise da economia global em um cenário contraditório de sobreacumulação do capital, no qual são realizados ajustes espaciais com o intuito de promover o *trancafiamento da natureza* como busca de saída da sua crise estrutural, processo lucidamente sistematizado pelo autor no tocante aos principais processos de territorialização e monopolização do agronegócio no Brasil.

No segundo texto, *O monocultivo de eucalipto como expressão capitalista da busca de territórios de consumo*, Jacson Tavares de Oliveira e Josefa de Lisboa Santos desnudam como a abertura econômica do Brasil, iniciada nos anos 1990, contribuiu para a expansão das corporações transnacionais da celulose. Corporações estas ávidas por condições favoráveis a um encurtamento do tempo de giro do capital, mediante o controle de territórios no mundo tropical com grande disponibilidade de terra, água e prolongados períodos de incidência solar. Adotando a cartografia, os autores explicitam o processo de concentração e de centralização de capitais no setor durante o período de intensificação do neoliberalismo.

Fechamos a primeira parte do livro com o artigo *A subjugação do trabalho e da natureza aos (des)mandos do capital: um estudo de caso nas carvoarias do município de Cândido Sales – BA*. Ancorando-se na tese de que o capitalismo é um modo de produção cujo metabolismo baseia-se na apropriação desigual e devastadora da natureza e exploração indiscriminada do trabalho material, João Ferreira Gomes Neto mergulha no cotidiano dos carvoeiros e discute as relações (re)produzidas pelo capital na apropriação do excedente do trabalho subjugado, nas estratégias de dilapidação da natureza para formação de estoques de matérias-primas e nas vinculações produtivas e comerciais entre o agronegócio carvoeiro e os mercados da região sudeste do

Brasil. Suas análises confirmam que toda produção social é também uma produção espacial.

A segunda parte reúne quatro artigos que tratam do *espaço agrário brasileiro: conflitos e violência*. Inauguramos esta seção apresentando o estudo sobre *A prática da violência no campo brasileiro do século XXI*. Carlos Alberto Feliciano, a partir de rigorosa organização de informações quantitativas, demonstra que a violência contra os trabalhadores é a marca da formação territorial brasileira e que a modernidade deste Brasil do século XXI está manchada com o sangue da barbárie. O campo é o lócus da intensificação de formas de violência direta ou violência silenciosa (envenenamento por agrotóxicos), praticadas pelo latifúndio, agronegócio e Estado contra indígenas, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e sem terras.

Aprofundando a discussão anterior, Luanna Louyse Martins Rodrigues, no artigo *Questão agrária e ideologia jurídica: a função social da propriedade rural*, adota o estudo de caso dos conflitos agrários em torno da disputa pela posse da Fazenda Quirino, município de Juarez Távora, Paraíba, para discutir como a função social da propriedade rural, prevista na Constituição Federal de 1988, vem sendo dissimulada pela incidência de poder dos latifundiários aliados a setores do judiciário. Como efeito, verifica-se seu distanciamento da garantia de direitos sociais e coletivos em favor dos interesses privados e econômicos da classe dos proprietários de terras.

O capítulo *Territórios em disputa no parlamento: atuação da bancada ruralista e do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores*, de autoria de Raphael Medina Ribeiro, analisa a dimensão da questão agrária brasileira pouco tratada na geografia. Trata das disputas realizadas pelas bancadas no Congresso Nacional e na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, confrontando na arena jurídico-institucional os projetos sociais e valores ideológicos antagônicos. A contribuição reside no plano de delimitação da origem da cena política, respectivos posicionamentos, estratégias, conquistas e dilemas.

Contestar para conquistar: conflitos no campo e as manifestações de luta pela terra em Minas Gerais é o artigo de encerramento desta segunda parte do livro. Nele, Fabiana Borges Victor organiza as informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA Minas Gerais), no interstício de 2000 a 2012, demonstrando que há uma relação direta e interdependente entre a luta pela terra e a conquista da política de assentamentos rurais. De-

monstra que as manifestações públicas realizadas pela organização coletiva dos trabalhadores espacializa-se, assumindo a forma de marchas, passeatas, bloqueios de rodovias, ocupações de terras etc., denunciando para a sociedade a violência da concentração fundiária, a necessidade da reforma agrária e de políticas efetivas de desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Reprodução camponesa e políticas públicas é o tema articulador da terceira parte desta coletânea, que reúne dois textos. Em um artigo provocativo à reflexão, Claudemir Martins Cosme discute *A expulsão do campesinato assentado como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará*. A partir de ampla revisão bibliográfica e exaustivo trabalho de campo nos assentamentos rurais no interior do Ceará, o autor reúne elementos para sustentação da tese de que a evasão dos beneficiários dos assentamentos rurais não é algo factual, mas, sim, provocada pela incompletude da política nacional de reforma agrária e ausência do Estado na implantação, acompanhamento e desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Geraldo Inácio Martins e João Cleps Junior, no texto *Campesinato, compensação ambiental e conflitos socioambientais no Projeto Jaíba – norte de Minas Gerais*, problematizam o conceito de conservação aplicado à compensação ambiental, em um contexto do desenvolvimento capitalista da agricultura. Revelam o caráter contraditório das políticas de Estado que incentivam práticas espoliativas materializadas nos projetos de agricultura capitalista e na criação de unidades de conservação ambiental como instrumentos de compensação de impactos gerados pelas primeiras. No centro destas medidas residem as populações camponesas, impactadas pelos conflitos ambientais e territoriais gerados pelo desenvolvimento.

Dedicamos a quarta e última parte deste livro ao tema dos *movimentos socioterritoriais emergentes* a partir de dois estudos. Em *O Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado (MARAM): suas ações e os desdobramentos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG*, Ricardo Luis de Freitas e João Cleps Junior partem da análise da conjuntura agrária nos anos 1990, cujo marco foi a institucionalização no Brasil das políticas fundiárias neoliberais do Banco Mundial, para discutir a gênese e espacialização do MARAM como um movimento socioterritorial camponês, criado como resistência à sujeição imposta pelos impactos negativos das políticas de crédito fundiário.

Para encerramento, simultaneamente, desta seção e do livro, remetemos o estudo sobre *A Liga dos Camponeses Pobres (LCP): contribuição ao estudo do movimento camponês no Brasil*. Os autores David Pimentel Oliveira Silva e Marco Antonio Mitidiero Junior discutem o processo histórico de formação desta organização camponesa, revelando-a como um movimento de classe, de perfil radical e combativo e evidenciando sua imbricação no processo de luta pela terra no país e nas disputas territoriais que marcam a questão agrária brasileira no século XXI.

Por fim, esperamos que este breve panorama da atualidade da questão agrária e dos conflitos territoriais, apreendidas pela investigação dos docentes e pós-graduandos partícipes da cooperação de pesquisa que culminou na reunião e organização dos artigos que compõem essa publicação, estimule a reflexão acadêmica, o debate político sobre processos concretos da sociedade brasileira e desperte as leitoras e os leitores a acompanharem as próximas obras desta coleção.

Eraldo da Silva Ramos Filho
Marco Antonio Mitidiero Junior

DINÂMICAS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO

CRISE DO CAPITAL GLOBAL, NATUREZA E AGRONEGÓCIO¹

MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR

INTRODUÇÃO

A título de apresentação, a proposta contida nesse escrito terá o caráter de hipótese de pesquisa,² uma vez que, dada a magnitude do tema, necessita-se de um tempo de reflexão mais amplo e de mais dados empíricos que caracterizem o período histórico em análise para fortalecer a ideia a ser defendida. Entretanto, defende-se que o âmago dessa proposta de interpretação surge com significativa importância para compreender a conjuntura da economia mundial e seus rebatimentos em diferentes sociedades e territórios.

A ideia de que o avanço do capital sobre a natureza, e, em especial nas áreas rurais, é reflexo da crise do capital global é o caminho a ser perseguido. Em outras palavras, contraditoriamente, o aumento de investimentos densos de capital nos espaços rurais ou em atividades econômicas voltadas à exploração de bens naturais é resultado da crise de reprodução ampliada do capital. Desde 2008, quando a crise do mercado imobiliário e do mercado de créditos norte-americano alastra-se como um efeito dominó por outras economias, sobretudo a europeia, o capital aplicado na esfera financeira quase cessa suas possibilidades de reprodução ampliada, sendo

¹ O presente texto é resultado de Estágio de Pós-Doutorado realizado na UNESP-Presidente Prudente sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior. Este estágio foi viabilizado por bolsa de estudos concedida pelo CNPq na Chamada Pública MCT/CNPq/MEC/CAPES – Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/Procad (nº processo 153072/2014-8); bolsa aprovada no projeto “A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: dinâmicas e conflitos territoriais”, sob coordenação da Prof^a Dr^a. Emília Moreira.

² As primeiras ideias que deram motivação a esse texto resultaram da participação em Mesa Redonda no 1º Simpósio Internacional sobre a Questão Agrária no Maranhão, realizado em novembro de 2013 na Universidade Estadual do Maranhão. Um texto em forma de notas de pesquisa, sob o título “A Crise do Capital Global e suas Consequências na Apropriação da Natureza e do Trabalho” será publicado em livro pelos organizadores do evento. O texto ora apresentado é uma versão revista e ampliada dessas primeiras ideias.

que muitos desses capitais retraíram de forma assustadora para muitos dos investidores. A essa conjuntura soma-se um contexto anterior de diminuição de poder do chamado capital produtivo (industrial) em detrimento do capital especulativo exercitado nas bolsas de valores das principais praças financeiras do mundo capitalista. Portanto, a crise do capital global sedimenta a redução da possibilidade de lucro do capital produtivo e congrega a “trágica” queda do capital especulativo como forma de crescimento ampliado dos investimentos.

De acordo com Mészáros (2002, p. 100), em “relação a sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação”. Nesse caminhar do *ethos* do capital, a perspectiva concebida por esse pensador defende que esse sistema, para se fazer enquanto tal, é incontrolável e irreformável. Não há alternativas a não ser o processo de expansão ampliada, *sendo que, para isso*, o sistema do capital procura romper qualquer tipo de barreira, *mesmo que, para isso*, a vida social e natural estejam ameaçadas.

Em uma conjuntura de crise da economia global, como vivemos atualmente, essa incontrolabilidade do capital tende para a interpretação proposta por Mészáros de “crise estrutural” do sistema, em distinção à noção clássica de crises cíclicas, ou seja, os limites últimos de existência e desenvolvimento dessa forma de produção e reprodução socioeconômica aparecem no horizonte.

Os aspectos gerais da crise contemporânea, iniciada na década de 1970 e eivada na primeira década do novo século são: 1) seu caráter universal por não estar restrito a uma esfera particular ou a um ramo da produção; 2) seu alcance é global, não estando restrito a alguns países – como foram todas as principais crises do passado; 3) sua escala de tempo é permanente; 4) “em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de desdobrar poderia ser chamado de rastejante” – isso não quer dizer que estamos livres das convulsões mais violentas, principalmente porque a administração da crise pode não ter mais o efeito esperado ou o deslocamento das contradições pode perder a força revitalizadora ao capital (Mészáros, 2002, p. 796).

O caráter irreformável do capital faz com que o seu sistema de reprodução apresente-se de forma aguçada (e muitas vezes violenta) em busca de estratégias diante de uma crise que se pressupõe estrutural. O argumento que tentarei devolver é que a apropriação da natureza de forma privada e

mercadológica pode ser um dos refúgios (momentâneo, meramente momentâneo) para esse capital sem possibilidades de lucro em outras esferas do econômico. Espera-se, ainda, desenvolver o argumento de que esse processo de privatização da natureza, que não é novo, tomará força sem precedentes na história da humanidade, transformando todas as dimensões da natureza em propriedade privada possível de auferir renda.

HIPÓTESES SOBRE CRISE DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Diante do exposto, partirei do princípio de que a crise estrutural, personificada nos acontecimentos do ano de 2008 em diante, não pode ser categorizada como a crise última do capitalismo, muito menos de que essa crise nos levaria diretamente a formas de vida mais humanamente justas, porém muitos elementos e fenômenos dessa conjuntura permitem criar hipóteses frente aos seus limites últimos. O próprio Mészáros nos dá subsídios para assumir essa perspectiva:

[...] é preciso fazer a ressalva de que não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais³ (2002, p. 220).

Também não assumirei a proposta principal desse texto como uma “válvula de escape” que revitalizaria satisfatória e duradouramente o curso de expansão do capital, isto é, que a privatização avassaladora de todas as dimensões da natureza culminaria na saída da crise, anunciando um novo ciclo de crescimento. Assumo essa perspectiva por entender que a privatização da natureza como resultado da crise difere absolutamente de outras emanções das crises do capital, como por exemplo, da crise das indústrias automotivas, da crise do setor financeiro ou até da crise da indústria do petróleo, pelo simples fato de a natureza, no seu sentido universal, ser uma

³ Mais adiante, o autor recoloca esse posicionamento: “Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu vasto arsenal de autodefesa contínua” (p. 796).

dimensão elementar da reprodução da vida (a exemplo da terra, água e alimentos), característica que os setores supracitados da economia não são.

No bojo dessa conjuntura, a geografia dos recursos naturais planetária aponta a América Latina e a África como territórios estratégicos à alocação (e invasão) do grande capital multinacional. No Brasil, com a permissividade governamental, a efetivação intensificada do capital internacional *via agronegócio* é a exemplificação clara dos caminhos de privatização e mercadorização da natureza.

Parte das ciências humanas brasileira, sobretudo aquela que estuda a questão agrária, foi formada a partir da compreensão de que as transformações perversas no campo (rural, natureza) resultam do “desenvolvimento” e “expansão” do capitalismo. A hipótese criada é que, agora, o que pauta essa expansão é a *crise* de acumulação de um capital mundializado. Com isso, o ponto de partida para o entendimento dos processos sociais e territoriais que se desenvolvem no campo é uma leitura profunda da crise contemporânea do capitalismo. A expansão resulta da crise e não, unicamente, da essência expansionista do capital que procura, eternamente, acumular de forma ampliada e veloz.

Os elementos mais claramente visíveis da crise atual já foram descritos por Marx há mais de um século. A superacumulação de capital e de trabalho na economia concorrencial capitalista, contraditoriamente, fez com que as taxas de lucro retraíssem. Uma grande quantidade de mercadorias dispostas a serem comercializadas, somado a uma enorme capacidade produtiva acumulada e à farta oferta de créditos, contrastou com o aumento das dívidas e redução do consumo pela população, ocasionando a retração do mercado. O excedente de capital e de trabalho confrontado com a falta de oportunidades de crescimento foi o binômio perfeito que serviu como força motriz para a emergência da crise econômica⁴, refletindo diretamente na esfera financeira do capitalismo mundializado.

O desemprego e subempregos crônicos como efeitos que vinham sendo construídos com o desenvolvimento normal do capitalismo dependente das inovações tecnológicas, agora, são intensificados pela crise. Se a crise conjuga superacumulação de capital e de capacidade produtiva, a falta de tra-

⁴ Harvey (2003, p. 78) resume bem essas características: “Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjuga-los lucrativamente (...) é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital”.

balho e, conseqüentemente, de consumidores, impulsiona mais fortemente o colapso da economia. A queda da taxa de lucro, de tendência tornou-se regra. Por isso, acredita-se que a crise, ora em voga, é uma crise estrutural do sistema no qual vivemos. Sendo uma crise estrutural, obrigatoriamente, passaremos por transformações radicais na forma de organização social da produção de valor, na estruturação do espaço (território) no qual as sociedades se desenvolvem, e no cotidiano da vida social como um todo.

A análise da crise e das suas estratégias de superação tende a produzir uma hipótese pessimista sobre o futuro da humanidade. As transformações radicais como estratégias para superação da crise global produzirão um mundo mais injusto e perverso socialmente, no qual o território estará submetido, integralmente, à acumulação capitalista.

Diante dos limites de acumulação, é bem provável que o capital tente ampliar, a qualquer custo, o seu poder de domínio de todas as esferas da vida social. Mézáros (2002, p. 96) pontua uma característica elementar do “sistema do capital” que pode ser ampliada no atual período histórico:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, totalitário – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu microcosmo até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos.

Já Kurz localiza para onde esse capital em crise e ávido por lucros vai caminhando. Esse autor elege a busca pela natureza e a privatização dos serviços públicos como alternativas aos “limites absolutos” do capital; afirma esse pensador:

Porém o problema reside ainda mais fundo. No âmago, trata-se de uma crise do próprio capital, que, sob condições da terceira revolução industrial, esbarra nos limites absolutos do processo real de valorização. Embora ele deve, seguindo sua lógica, expandir-se eternamente, em seu próprio chão ele está cada vez menos em condições para tal. *Daí resulta um duplo ato de desespero, uma fuga para frente: de um lado, surge uma pressão assustadora para ocupar os últimos recursos gratuitos da natureza, de fazer até mesmo da natureza interna do ser humano, da sua alma, de sua sexualidade, de seu sono o terreno direto de*

valorização do capital e, com isso, da propriedade privada. De outro, as infraestruturas públicas administradas pelo Estado devem ser administradas, também no vai ou racha, por setores do capitalismo privado [grifos nossos] (2002, p. 12).

É nesse ponto que as estratégias da forma como o capital chega e se apropria das áreas rurais devem ser o mote das análises que tentam interpretar um processo de transformação radical, no qual o agronegócio e suas derivações (mineração, geração de energia etc.) tendem a abocanhar os derradeiros elementos de gratuidade da natureza e elevar ao máximo possível o valor da natureza já privatizada.

No caminho seguido por David Harvey, é tendente a interpretação de que o capitalismo necessita enfaticamente de “ajustes espaciais” para o seu desenvolvimento ou como alternativas às suas crises. Segundo esse pensador, “quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital”. Com essa assertiva, Harvey (2005) está pensando, principalmente, no deslocamento da produção, com destaque à produção industrial, em busca de lucros. Ainda segundo Harvey:

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político (Harvey, 2005, p. 40).

O capitalismo não pode sobreviver sem seus ajustes espaciais. O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica como solução parcial de suas crises. Assim ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança (Harvey, 2005, p. 80).

Para a compreensão dos processos atuais, é importante partir da constatação dessa necessidade que o capital tem de novos espaços que sirvam como retroalimentação para sua existência e desenvolvimento. Porém, a leitura não pode ser realizada apenas com a constatação de que o grande capital, materializado nas multinacionais, perambulam por diferentes territórios a fim de alcançar mais lucros. Em um determinado momento histórico, durante as décadas de 1960 e 1980, a vinda das multinacionais para os países pobres significava, sobremaneira, as possibilidades de aumentar a extração da mais-valia. O domínio e exploração do trabalho era a pedra angular daquele tipo de desenvolvimento. O que se quer defender como hipótese nesse ensaio é que o domínio do território de países com abundância de recursos naturais será, pelo menos por um período, a linha mestra de um capitalismo em crise.

O ajuste espacial do capital que se expande no momento de crise tenta, a qualquer custo, transformar a natureza em patrimônio internacionalizado, ou seja, regiões de determinados países poderão estar sob a tutela de alguns investidores multinacionais.⁵

Um adendo importante diante do ímpeto dominante do capital internacional é o papel das elites nacionais. No caso brasileiro, a propriedade privada de grandes extensões de terra foi e ainda é um pilar central da estrutura agrária e agrícola desse país. A propriedade privada da terra forjou um capitalismo rentista que perdura séculos, e parece inabalável mesmo diante do processo de internacionalização do capital no campo. A força política dos proprietários de terra é incomensurável, como representa simbolicamente a foto, a seguir:



FOTO 1 – Presidenta Dilma almoça no dia 4 de março de 2013 na fazenda do Enivaldo Ribeiro, ex-deputado federal acusado de participar da “máfia dos sanguessugas” em 2006 e pai do Ministro das Cidades, Agnaldo Veloso Borges Ribeiro, filho e neto de Agnaldo Veloso Borges, mandante dos assassinatos de João Pedro Teixeira (líder das Ligas Camponesas) e Margarida Maria Alves (ícone do sindicalismo rural)

Fonte: www.paraiba.com.br. Acesso em: 04/11/2013.

⁵ Atualmente é muito frequente a mídia impressa ou televisiva dar espaço ou debater um tema antes inexpressivo nesses meios: a “segurança jurídica”. Assegurar juridicamente a chegada do capital internacional deve ser uma das garantias para que muitos investidores venham ao Brasil. Com isso, um batalhão de lobistas representantes do grande capital internacional (entre eles, muitos políticos nacionais e muitos jornalistas econômicos) tentam – manhã, tarde e noite – forjar leis que protejam o capital investido. Um exemplo bem contemporâneo é a tentativa de relaxar a lei que limita a compra de terra por estrangeiros em território brasileiro.

Entretanto, neste momento histórico, nos resta acompanhar os níveis, os graus e a hierarquia de articulação das elites nacionais com o capital estrangeiro, a exemplo das empresas que compõem o grupo Raízen.⁶

O poder da elite nacional (econômico e político, principalmente) e sua articulação com o capital sem pátria tende a aguçar o processo de transformação das diversas dimensões da natureza em objetos de compra e venda, em apropriação patrimonial privada de dimensões da natureza fundamentais à reprodução da vida. Se esses elementos constituem-se como fundamentais à vida, eles são/serão mercadorias especiais dominadas por investidores capitalistas, indicando que tudo (da natureza) pode se transformar em “renda de monopólio”, nos termos de Marx.

Mészáros (2002) aprofunda criticamente a interpretação sobre possibilidade de ajustes espaciais do capital. Para esse autor, os ajustes espaciais, seriam, na verdade, o “*deslocamento de contradições*” do sistema do capital, uma estratégia absolutamente necessária para deslocar os problemas gerados pela lógica de acumulação interminável do capital. Como argumenta o autor: “*enquanto existir espaço para a livre expansão, o processo de deslocamento das contradições do sistema pode avançar sem empecilhos*” (p. 176).

É bem provável que o que se convencionou chamar de mobilidade do capital culmine em formas violentas e autoritárias de expropriação de recursos naturais e expulsão ou dominação de populações que dependam diretamente ou indiretamente desses recursos, quer onde eles estejam, quer onde eles existam. Diante dessa forma violenta de mobilidade do capital, um pacote de contradições aguçadas é deslocado para os países, regiões e porções do globo terrestre.

A criação de patrimônios econômicos, a partir da privatização da natureza, pode constituir uma avalanche de capital vindo de outras esferas econômicas em direção aos bens naturais. A hipótese que se cria é que um grosso volume de capitais especulativos, fictícios e voláteis, atemorizados pela crise, serão transformados em patrimônio material a partir da compra e da venda da natureza.

Não é novidade o fato de a natureza ser apropriada privadamente, como afirma Kurz:

⁶ A Raízen é resultado da junção de parte dos negócios da empresa nacional Cosan com a multinacional Shell, formando uma *joint venture* que domina a produção de açúcar e etanol.

A natureza já existia antes da economia moderna. Por isso a natureza é em si gratuita, não tem preço. Isso distingue os objetos naturais sem elaboração humana dos resultados da produção social, que já não representam a natureza “em si”, mas a natureza transformada pela atividade humana. Esses “produtos”, diferentemente dos objetos naturais puros, nunca foram de livre acesso; desde sempre estavam sujeitos, segundo determinados critérios, a um modo de distribuição socialmente organizado. Na modernidade, é a forma de produção de mercadorias que regula essa distribuição no modo do mercado, segundo os critérios do dinheiro, preço e demanda (solvência). Mas é um problema antigo que a organização da sociedade tenda obstruir também o livre acesso a um número crescente de recursos pré-humanos da natureza. Essa ocupação traz, das mais diversas formas, o mesmo nome que os produtos da atividade social, a assim chamada “propriedade”. Ou seja, acontece um quiproquó: outrora livres, os objetos naturais não elaborados pelo ser humano são tratados exatamente como se fossem os resultados da forma de organização social, e daí submetido às mesmas restrições (2002, p. 12).

Ainda conforme o autor, a lógica do capital consiste única e exclusivamente na valorização permanente do dinheiro, sendo que tudo que não assume uma lógica monetária deve ser odiado.

Não deve haver nada mais sob o céu que seja gratuito e exista por natureza. A propriedade privada moderna representa somente a forma jurídica secundária dessa lógica totalitária. Ela é, por isso, tão totalitária quanto esta: o uso deve ser um uso exclusivo. Isso vale particularmente para os recursos naturais primários da terra (Kurz, 2002, p. 12) [grifo nosso].

Sob o ditado da propriedade privada moderna, nenhum uso gratuito para a satisfação das necessidades humanas, além das oficiais, é mais tolerado: os recursos têm de servir a valorização ou ficar em pousio (Kurz, 2002, p. 13).

Mészáros enfatiza essa posição:

Hoje, se conseguir açambarcar a atmosfera do planeta e privar os indivíduos de seu modo espontâneo e pouco sofisticado de respirar, com toda certeza o capital criará uma fábrica de engarrafamento global e autoritariamente racionalizará a produção ao seu bel-prazer (...) É possível que os apologistas do capital já tenham reunido especialistas em futurologia ocupados em algum projeto desse tipo (2002, p. 253-254).

A mobilidade do capital em crise, portando ávido por crescimento, inventa e reinventa possibilidades de reprodução ampliada. Nos termos de Harvey (2013), novos mecanismos do capital operam pela “acumulação por

espoliação”, isso significa uma retomada atualizada da “acumulação primitiva” definida por Marx. Na minha compreensão, esse fenômeno significa a apropriação privada e o domínio de elementos humanos e naturais que ainda não estavam sob a lógica completa do capital ou estavam “levemente” apoderados por essa lógica. A privação completa da terra e da água mediados por valores de troca é um horizonte muito próximo, e a privatização do ar e do sol, um horizonte possível. O que difere o atual momento histórico do descrito por Marx como “acumulação primitiva” é que este garantiu ganhos de longo prazo ao capital, em outras palavras, permitiu seu crescimento diante do desenvolvimento da sociedade capitalista, já a “acumulação por espoliação” configurada atualmente, desenrola-se diante de uma lógica amplamente destrutiva. Essa força destrutiva do capital, marca indelével do seu desenvolvimento, ao transformar todas as dimensões da natureza em valor de troca, entra, a meu ver, em uma lógica autodestrutiva. Privar os homens da natureza, mediar pelo dinheiro a relação mais elementar da existência que é a relação homem x natureza, difere fortemente de estratégias de reprodução ampliada do capital, como a chamada “destruição criativa” e “destruição produtiva”. Como infere Mészáros (2002, p. 267), *“historicamente passamos da prática de destruição produtiva da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável”*.

A tese de que o capitalismo necessita, também, da criação incessante de “novas raridades” funcionais, a reprodução ampliada do capital, recoloca, atualmente, a boa e velha natureza no alvo de dominação privada. A natureza pode passar por um processo de *trancafiamento* frente ao uso social (universal e coletivo) que se pode fazer dela. O acesso aos bens naturais, presumivelmente bens coletivos necessários à vida, serão fatiados por empresas multinacionais que cobrarão, *a qualquer custo*, por sua utilização.

Os termos dessa cobrança certamente estarão alicerçados no patrimônio especial constituído a partir da metamorfose da natureza em mercadoria. Uma mercadoria que quando loteada no mercado capitalista vai alcançando *status* de raridade, decorrendo da formação de um patrimônio deveras especial, por isso lucrativo. Possuir, portanto, a natureza, possibilita extrair renda de algo que não pode ser prescindido. Terra, subsolo, florestas, água, ar e energia solar terão donos, isto é, serão propriedades privadas de alguém. Assim, formar-se-á um capitalismo rentista da natureza, onde a na-

tureza *trancafiada* é elemento central na extração da “renda absoluta” e na criação de “renda de monopólio” (como definida na obra de Marx).

O tema da escassez, como elemento positivo em contextos de expansão lucrativa do capital, é tratado por Mészáros de forma muito perspicaz:

A conversão necessária – e a subordinação – de todas as qualidades do valor de uso em quantidades determinadas de valor de troca conduz à reprodução eterna da escassez. Enquanto os apetites naturais são limitados, o apetite do capital para a expansão, assim como o impulso de suas personificações para a acumulação de riqueza sob o imperativo da expansão do capital, são ilimitados. *Por isso a escassez não deve ser simplesmente reproduzida, mas reproduzida com ímpeto e em escala sempre crescentes* [grifo nosso] (2002, p. 951).

Simultaneamente, as alternativas, as válvulas de escape ou as margens de manobra do capital se direcionariam à privatização completa da natureza alarmando publicamente sua escassez a fim de obter lucro, ao passo que ampliar-se-á as formas e estratégias (principalmente as jurídicas) de domínio mercadológico e privatista da natureza. Conforme Nascimento (2012, p. 142), o atual estágio da acumulação capitalista desembocou numa situação histórica em que as formas de apropriação do valor ocorrerão pelo rentismo. Como expressão fenomênica, o autor aponta que:

já no âmbito dos direitos de propriedade, há as tarifas sobre elementos vitais como a água e o ar, os *royalties* cobrados pela exploração do petróleo, os mercados de crédito de carbono, as patentes sobre Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), fármacos e sementes (...).

Outro apontamento importante para caracterizar esse momento histórico de crise é que não existe um padrão monetário internacional estável, como figurou durante décadas com o dólar e o ouro. A crise norte-americana descreditou o dólar como padrão monetário e fonte segura de investimento, e o ouro vem perdendo espaço para outros elementos da natureza. É nesse contexto que a transformação da natureza como um todo em patrimônio privado especial (porque tende à escassez), pode ser o lócus de investimento “seguro” do capital sufocado pela crise econômica. O problema (e a diferença substancial) é que a vida social não é dependente da existência de uma moeda ou do ouro, mas sim da terra, do ar, da água, da agropecuária, da energia solar etc.

Com isso, o funcionamento das engrenagens do sistema capitalista contemporâneo fará sentirmos saudades de um capitalismo não tão longe no tempo. Investir em bens da natureza poderá ser mais seguro do que investir

em outros setores da economia – vide os fundos de pensão estrangeiros investindo na compra de terras no Brasil. Muitos estudos derivados de consultorias apontam a possibilidade histórica de alcançar alta rentabilidade no investimento em terra, água e minérios, resultando na *mercadorização* e *trancamento* de elementos naturais fundamentais à vida humana. O exemplo de estudos feitos pelo mercado financeiro estadunidense, a fim de transformar a água em *commodity*, é bem elucidativo e estarrecedor.⁷

ALGUNS EXEMPLOS EMPÍRICOS GERAIS

É indispensável a necessidade de descobrir e desvendar os pormenores e exemplos contundentes do processo de constituição da natureza em propriedade privada. Denunciar fatos e fenômenos que se desenvolvem na ordem contemporânea é o primeiro passo para a compreensão do processo e da possibilidade de ações políticas contrárias. Alguns dados empíricos são importantes.

A terra, meio de produção fundamental à geração de alimentos, é a mais antiga das dimensões da natureza apropriadas privadamente. No olho do furacão da crise econômica global, muitos capitalistas passaram a converter o seu capital financeiro em patrimônio materializado em terras, sobretudo na América Latina e África. A crise, portanto, fortaleceu o mercado de terras. A desaceleração da economia não afetou a especulação das terras, o investimento nesse *ativo* passou a ser um “porto seguro para o investidor”, como afirmou um corretor imobiliário na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil⁸.

⁷ Em reportagem do *Jornal Correio Brasiliense*, a partir de um artigo publicado na Revista *Nature*, é anunciada a possibilidade e o alerta da transformação da água em *commodity*. Ver http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/euestudante/me_gerais/2012/10/26/me_gerais_interna,329974/agua-uma-commodity.html. Acesso em: 20/04/2014.

⁸ Em reportagem do Instituto Humanitas Usininos, encontra-se: “Os potenciais vendedores adiam os negócios, pois acreditam que conseguirão preços ainda maiores, especialmente no caso de terras para soja (...). Isso porque, apesar do ritmo mais lento da economia, aqui e no exterior, a perspectiva é que a demanda por comida não recue. A oferta de terras é limitada e a necessidade de produção de alimentos continua. Também o fato de parte da crise atual ser de confiança no sistema financeiro contribui para o fortalecimento do mercado de terras. A terra acaba sendo um porto seguro para o investidor. A desaceleração da economia não afetou o mercado de terras”, afirma o corretor Atílio Benedini, dono da imobiliária Atílio Benedini Agronegócio, de Ribeirão Preto (SP), polo produtor de cana. Ele observa que, quando a taxa de

O mercado de terras e a sempre vigorosa aristocracia rural brasileira não se importa em transformar o Brasil em um dos principais países “*land grabbing*”, ou seja, um país onde ocorre a transferência de terras de comunidades locais, públicas ou privadas, para o grande capital estrangeiro. O próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou que quase 5 milhões de hectares com farta quantidade de água no território brasileiro são de propriedade estrangeira. O capital internacional já controla 58% da área plantada de cana-de-açúcar no Brasil, a maior parte “nas mãos” das multinacionais Cargil, Bunge e Shell.⁹ Em uma escala maior, a corrida por terras agrícolas levou investidores estrangeiros a adquirirem pelo menos 83 milhões de hectares em países em desenvolvimento, entre 2000 e 2010.¹⁰

A terra e a produção agrícola em forma de *commodity* vão se tornando um padrão monetário importante na economia global convulsionada pela crise financeira. Por exemplo, em 2012 o ouro ficou atrás das *commodities* agrícolas como melhor opção de investimento, pois elas tiveram uma valorização quatro vezes maior que o ouro.¹¹ Não é obra do destino, o ano de 2012 apontar como um dos anos com a maior alta no preço dos alimentos; e não é “teoria da conspiração” pensar que a alta do preço dos alimentos rentabilize um capital ansioso por alternativas à crise.

juros cai, o preço da terra sobe. Ver: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511106-precos-das-terras-agricolas-disparam->. Acesso em: 29/04/2014.

⁹ “A crise que se abateu sobre o capitalismo financeiro internacional (2008) gerou para o Brasil um efeito contraditório, pois um grande volume daquele capital fictício, para evitar o risco de se perder, correu para se abrigar no Brasil. Chegaram aqui, de 2008 para cá, algo em torno de 200 bilhões de dólares por ano. Nesse contexto histórico onde prevalece a acumulação via espoliação, não surpreende que no setor sucroalcooleiro, por exemplo, em apenas três anos, o capital estrangeiro passou a controlar 58% de todas as terras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e etanol. Hoje, três empresas controlam o setor: Bunge, Cargil e Shell” (Carvalho, 2013, p. 36).

¹⁰ Ver Rocher (2013).

¹¹ *Jornal Gazeta do Povo*: <http://agro.gazetadopovo.com.br/noticias/agricultura/soja/valorizacao-de-60-faz-soja-ofuscar-o-ouro/>. Acesso em: 15/01/2013. Vale salientar que esse dado não é surpresa, visto que a alta rentabilidade em *commodities* vinha crescendo há anos: “O investidor que fizesse uma aplicação de meros R\$ 100 no primeiro dia útil de 2010, em uma das quatro principais *commodities* agropecuárias (boi gordo, café, soja e milho) negociadas na BM&FBovespa, teria um ganho nominal superior ao de alguns dos principais papéis e ativos da bolsa: Ibovespa (alta de 0,53%), Renda Fixa (11,5%), CDI (9,75%) ou CDB (9,75%), nenhum deles superou sequer a soja, a agrícola com pior desempenho em 2010 – ganho de 27,6%, desconsiderando a inflação” (<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/bmf-commodities-agricolas-tiveram-forte-valorizacao-68589/>). Acesso em: 23/01/2014).

A compra de terras no Brasil por estrangeiros, por exemplo, acompanha o processo de desnacionalização da economia nacional. Os dados de desnacionalização de empresas nacionais é alarmante: 69 empresas desnacionalizadas (2004), 89 empresas (2005), 115 empresas (2006), 143 empresas (2007), 110 empresas (2008), 91 empresas (2009), 175 empresas (2010), 208 empresas (2011) e 296 empresas (2012).¹²

No total, entre os anos de 2004 e 2012, 1.296 empresas nacionais passaram para o domínio do capital estrangeiro. Muitas dessas empresas compõem o chamado agronegócio. Esmiuçando os dados de 2012, 71 das 296 empresas desnacionalizadas são empresas do agronegócio ou empresas de exploração direta de bens naturais.¹³ Dessa forma, a natureza nacional é transformada em patrimônio do grande capital estrangeiro, em uma espécie de *territorialização monopolista extremada*. Essa realidade é enriquecida pelas fusões de megasempresas multinacionais que vêm dominando a economia nacional, em destaque para as atividades econômicas do agronegócio, culminando em um processo de *mundialização da agricultura brasileira*, como ressaltou Oliveira (2014).¹⁴

É possível “trancafiar” a água? Talvez essa não seja a melhor palavra para adjetivar o domínio de algo tão fluído como a água. Porém, o que se assiste, nos últimos anos, é um processo de transformação do bem gratuito água (*que vem dos céus*) em mercadoria privada. Recentemente, o presidente da multinacional Nestlé, Peter Brabeck, defendeu que a água deveria ser tratada como qualquer outro bem alimentício e ter um valor de mercado estabelecido pela lei de oferta e procura.¹⁵ O depoimento desse administrador do capital (ou “apologista do capital”, como nomeia Mészáros) não reflete projeções futuras, mas sim a realidade concreta de *trancafiamento da água*. A própria Nestlé tem 8% do seu capital imobilizado em fontes de água; e

¹² Ver Lopes (2013).

¹³ Ver Benayon (2012). Vale a ressalva que o estudo publicado avaliou os dados até outubro de 2012, não englobando os dados de novembro e dezembro, portanto, é provável que a desnacionalização de empresas ligadas ao agronegócio ou exploração de bens naturais diretos tenha sido maior. As informações coletadas no artigo de Lopes (2013) são completas para o ano de 2012, porém não informam os setores das empresas desnacionalizadas.

¹⁴ É importante conhecer a crítica feita por Oliveira (2010) ao conceito de estrangeirização de terra. Segundo o autor, o tema em alarde serve para desvirtuar os problemas internos do país derivados da propriedade privada da terra concentrada nas mãos de uma pequena elite brasileira. Embora concordemos com o autor, o foco desse artigo é ver o processo de internacionalização da natureza nacional como tendência decorrente da crise do mercado financeiro e da reprodução do capital em geral.

¹⁵ Ver Neto (2013).

sabe-se que essa empresa vem comprando áreas com abundância em água mineral na América Latina e África.

O que se pode tratar como projeção futura em relação ao domínio e trancafiamento da água é algo mais profundo e nefasto. A água, que já é tratada como mercadoria privada, poderá ser negociada na esfera do capital financeiro, em bolsas de valores, na condição de *commodity*. O discurso dos defensores dessa estratégia ganha tons de hipocrisia declarada, quando argumentam que transformar a água em *commodity* é uma solução diante do aumento da escassez do recurso, portanto, para o bem de toda a humanidade.

Também não é novidade que o ar passa por um processo de transformação de elemento natural para mercadoria. O ímpeto destrutivo da forma capitalista de produção impacta a natureza a todo instante e coloca o discurso e as ações em proteção da natureza na ordem do dia, tanto dos movimentos sociais, Ong's, como das próprias empresas capitalistas. Nesse contexto, o capital tenta tirar proveito daquilo que ele é o causador direto, ou seja, a devastação da natureza está associada com discursos e ações de proteção dos recursos naturais como meio de lucro para o grande capital. O ar é um dos elementos da natureza que nesse atual momento histórico é objeto de negociação em bolsas de valores.

Impensável há poucas décadas, o gás carbônico (CO₂) gerado pela queima de combustíveis fósseis que serve, ao mesmo tempo, como motor do desenvolvimento do capitalismo e causador do efeito estufa resultando em mudanças alarmantes no clima, aparece como uma forma de lucro do grande capital. A chamada Bolsa Verde, como expressão cínica de um incognoscível *capitalismo verde*, se constitui, cada vez com mais força, em um dispositivo financeiro a ser negociado nas bolsas de valores.¹⁶

O estratagema do capital, nesse novo setor, é o seguinte: foram *inventados* mecanismos financeiros, na forma de ativos ambientais, para serem comercializados em mercados futuros, a partir da oferta de títulos representativos de florestas excedentes em propriedades rurais. Em outras palavras, florestas e áreas verdes (*ainda em pé*) que realizam a fotossíntese, são transformadas em títulos comercializados nas bolsas de valores que podem ser comprados por grandes

¹⁶ Por incrível que pareça, existem futurologistas enxergando na fotossíntese formas que criação de produção do capital. Segundo Zizek (2010, p. 311): “*embora admita a dificuldade de atribuir valor monetário (pelo menos por enquanto) a serviços insubstituíveis como a produção de oxigênio pelas plantas, Hawken arrisca a estimativa de que a produção mundial de oxigênio vale 36 trilhões de dólares por ano...*” [grifo nosso].

empresas poluidoras. Assim se forma um mercado de títulos chamado de créditos de carbono que funcionará, ao mesmo tempo, como estratégia de auferir lucro diante da destruição da natureza e compensação ambiental pela destruição.

Não é irônico acusar que muitos dos que destroem a natureza comercializarão títulos que foram inventados a partir da destruição causada por eles mesmos. Essa é uma estratégia difícil de ser projetada em textos de ficção científica, porém, já estabelecida na realidade de um capitalismo em crise. Um exemplo esclarecedor desse processo foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A propalada Rio+20, realizada em 2012, serviu como um balcão de negócios para fortalecer a estratégia de invenção de valores financeiros a partir da proposta (e não da obrigação) de preservar a natureza.

Lutas contra a destruição devem dar lucros, e, para que isso aconteça, a destruição deve continuar. Nesse tipo de *ações* (no significado mais dúbio que essa palavra pode representar) não há estratégias de preservação sem a destruição dos bens naturais.¹⁷ O que se sedimenta, de fato, é o discurso de que não há alternativas se não via mercado, e para além disso, como já tinha alertado Thomaz Jr. (2002), o capital faz valer sua letra e seu discurso, imputando à sociedade como um todo assumir a questão ambiental como de todos, sem, contudo, colocar em discussão a apropriação privada e diferencial do ambiente.

No contexto de crise do capitalismo global e diante das estratégias de *trancafiamento* da natureza como uma alternativa – na esteira dos limites últimos para a retomada do padrão de acumulação ampliada do capital –, como quer apontar esse ensaio, o Brasil salta aos olhos das grandes empresas e agências do capital financeiro. Não somente pelos juros altíssimos e pelo *status* de país continental com abundância de recursos naturais, mas também por ser um país onde ainda se associa expansão do capitalismo à ocupação territorial de áreas ainda não exploradas por investimentos financeiros.¹⁸

¹⁷ Em Estados como o do Rio de Janeiro e Acre, dentre outros, o governo aparece como incentivador da formação da Bolsa Verde. Há um incentivo à constituição de cotas de reserva ambiental, formando títulos representativos de cobertura vegetal que poderão ser usados para compensar a falta de reserva legal em outra propriedade. A compra desses títulos/cotas no mercado de futuros surge como estratégia mais barata, portanto rendosa, diante da possibilidade do replantio ou recomposição da vegetação nativa em áreas ou regiões onde à destruição foi sistemática.

¹⁸ Martins (1999) defende a ideia de que o Brasil é um território “ainda” em formação: é um dos poucos países no mundo no qual a expansão do capitalismo ainda está associada à *ocupação territorial*. Moraes (2000) aponta que no Brasil existe ainda a apropriação de meios naturais nunca antes explorados economicamente.

Portanto, parte do capital investido na economia brasileira está direcionado a essas áreas não exploradas como forma de desenvolvimento da exploração capitalista em crise. A expansão do capitalismo no campo não sofre retrações como reflexo direto da crise, mas sim, amplia-se a exploração da natureza (terra, subsolo, água, petróleo, ar, energia solar etc.) que tem nas áreas rurais o seu âmago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação veloz das áreas dominadas pelo agronegócio, o cerco às terras indígenas, a aquisição de terras por estrangeiros, a usurpação das riquezas minerais do subsolo, a transformação do ar em jogatina nas bolsas de valores, o domínio da água, dentre outros tantos exemplos, não são projeções futuras, mas sim realidades concretas. Por isso, proponho interpretar o agronegócio como expressão da crise do capital internacionalizado, onde a expansão resulta da crise.

Todos esses exemplos resultam na tentativa de dominar por meio da lógica do capital e do mercado, definitivamente, todos os recursos naturais. Para isso, não é necessário apenas capital sobreacumulado para investir, mas também o domínio do Estado e de suas leis e a violência da expropriação e da usurpação dessas dimensões da natureza pelas empresas capitalistas. Como bem entendeu Harvey (2003, p. 119), discutindo o trabalho de Hannah Arendt, “os burgueses perceberam, alega ela, pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornará possível a acumulação do capital (Marx) e dera início a toda acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente” – interpretação muito apropriada para entendermos a investida do agronegócio mundializado nas terras indígenas e áreas de preservação ambiental brasileiras.

Diante desse processo, o Estado capitalista, sempre subserviente aos ditames do capital, se coloca de forma múltipla, ora garantindo a partir de sua institucionalidade os mandos e desmandos do capital, ora fazendo vistas grossas à usurpação dos bens naturais coletivos por esse capital sem pátria e sem alma. Nesse contexto de crise, o grande capital internacionalizado se coloca em relação ao Brasil no sentido de dominar o território, garantidos por uma “segurança jurídica” gestada no seio do Estado ou por uma absoluta falta de controle desse Estado sobre o seu território. Com isso, encerro o ensaio com um quadro que indica os processos em voga.

Quadro 1 – Faces do processo de territorialização e monopolização do agronegócio brasileiro

Processo de domínio	Domínio do processo
Ampliação veloz das áreas dominadas pelo agronegócio	Poder político incomensurável na Câmara dos Deputados e do Senado nas mãos da “bancada ruralista” (na legislatura de 2015 a 2018 essa bancada está composta por 173 deputados e 16 senadores); Aproximação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) do governo do PT; Vultuosas e incomparáveis quantidades de recursos públicos disponibilizadas ao agronegócio; Eternos “arrolamentos” e “perdões” das dívidas do agronegócio com os bancos públicos; Nomeação, em 2015, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura e representante da ala mais conservadora e reacionária dos ruralistas brasileiros.
O cerco às terras indígenas	Perpetuação da inoperância secular de solução da questão indígena pelo Estado; Tentativa da bancada ruralista em tirar do Poder Executivo e do poder presidencial o preceito de demarcação de terras indígenas, passando essa prerrogativa ao Poder Legislativo (é essa grande tarefa dessa bancada e da Ministra da Agricultura na legislatura de 2015 a 2018); Alterar a lei que proíbe a exploração econômica de terras indígenas já demarcadas.
Compra de terras por estrangeiros	Tentativa pela Bancada Ruralista em alterar leis que limitam a apropriação privada da terra no Brasil por estrangeiros; Incompetência ou estratégia do Incra em não fornecer informações claras e objetivas sobre a compra de terra por estrangeiros.
A usurpação das riquezas minerais do subsolo	Discussão do Novo Código de Mineração tende a entregar, também, o subsolo ao grande capital internacional; Tentativa de legalizar a mineração em terras indígenas; Possibilidade inédita de criar aparatos legais de propriedade privada do subsolo.
A transformação do ar em jogatina nas bolsas de valores	Os créditos de carbono não são mais uma realidade excêntrica, agora é política de governo no Brasil.
O domínio da água	A política energética federal impacta e limita o uso da água pela população, direcionando energia e água para o grande capital; A compra de terras com abundância de água é uma realidade cada vez maior; A Transposição do rio São Francisco reproduz as políticas contra a seca, ou seja, significa alocação direta de recursos para a oligarquia rural.

Org. Mitidiero Jr., 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, H. M. *A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil*. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Edição especial, julho de 2013.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005
- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- KURZ, R. *Modernidade autodevoradora*. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 14 de julho de 2002.
- LOPES, C. *Em 2012, 296 empresas nacionais passaram para o controle estrangeiro*. São Paulo: Informa CUT, jan. 2013.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, K. *O capital* (vol.1). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital. Rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, A. C. R. *Capitalismo, geografia e meio ambiente*. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2000.
- NASCIMENTO, A. F. A crise de acumulação do capital e a busca por sobrelucros na natureza: a expropriação da vida pelas grandes frações do capital industrial, imobiliário e financeiro. In: *revista Pegada*, vol. 13, n 1, Unesp-Presidente Prudente, 2012.
- NETO, J. F. Presidente da Nestlé diz que a água deve ser privatizada. In: *Abadia Digital*, <http://www.abadiadigital.com/>. Acesso em: 24/04/2013.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. A mundialização da agricultura brasileira. In: Oliveira, A. U. *et al, Território em Conflito*, Terra e Poder. Goiânia: Kelps, 2014.
- _____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. In: *Revista Agrária*, n. 12, São Paulo, 2010.
- ROCHER, J. Em 2012 a alta da soja ofuscou brilho do ouro. *Gazeta do Povo*, 4 de janeiro de 2013.
- THOMAZ JR, A. *Por trás dos canaviais, os nós da cana. A relação capital trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- ZIZEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2010.